

Viver em Moçambique não é só penoso para os idosos, é também para as crianças

Emildo Sambo em 01 Junho 2017



Moçambique não é um dos piores países do mundo apenas para os idosos, é, também, para as crianças. Elas ainda sofrem todo o tipo de abusos e violência, sugere um relatório da Save the Children, tornado público na quarta-feira (31), em Maputo, e que coloca o país que no incómodo 160º lugar, num ranking de 172 países avaliados sobre as garantias para um futuro melhor.

Em 2015, a Help Age International, observou que as famílias moçambicanas baldam-se às suas obrigações para com os anciãos, o que faz com eles vivam à míngua perante uma clara permissividade das leis criadas para a sua protecção e, por isso, somos o segundo pior país do planeta para os idosos viverem e envelhecerem, num total de 96 avaliados.

À porta de 01 de Junho, Dia Mundial da Criança, a Save the Children diz que Moçambique ainda está longe de prover condições que assegurem plena protecção das crianças, tendo em conta a posição em que se encontra, relativamente às outras nações.

A desnutrição crónica – que há anos mantém-se nos 43% em crianças de cinco anos de idade – a mortalidade neonatal e materna e a dificuldade de reter dos miúdos na escola, são alguns problemas que concorrem para a deterioração da situação dos petizes no país.

Segundo a organização não governamental que advoga os direitos da criança no mundo, em Moçambique, “a violência, o abuso e a negligência” são acentuados e preocupantes.

Neste contexto, o trabalho a ser feito para garantir a protecção do grupo etário em questão é ainda árduo, principalmente porque os propalados casamentos prematuros prevalecem um fenómeno recorrente, pese embora os apelos ensurdecadores para que sejam evitados e, quiçá, eliminados.

Perto de 48 por cento das raparigas moçambicanas são forçados a unirem-se com homens adultos antes dos 18 anos de idade, aponta a pesquisa, colocando a Eslovénia, a Finlândia e a Noruega como os países com a melhor/maior classificação. O Níger está em último lugar.

Sobre este assunto, Verónica Macamo, presidente da Assembleia da República (AR), disse, há dias, em Maputo, que é necessário rever as leis que promovem os direitos da criança, com destaque para a Lei da família, Leis de Promoção e Protecção da Criança, para que se estabeleça a obrigação de casamento depois do 18 anos.

Intitulado “Infância Roubada”, o documento da organização que temos vindo a referir coloca, igualmente, o nosso país numa situação desconfortável em relação ao trabalho infantil, que afecta perto de 22 por cento de petizes com idades que variam de sete a 15 anos.

O desagrado acontece também no que diz respeito à pobreza infantil, cujos níveis permanecem acentuados.

Edina Culolo-Kuzma, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), apelou para que sejam discutidas “as razões por que tantas crianças experimentam vulnerabilidades extremas, são separadas de suas famílias e devemos

todos investir em novos esforços para protegê-las, não importando onde elas vivam”.

O Governo moçambicano e os parceiros devem criar um ambiente que garanta protecção nas famílias e comunidades, disse a fonte, salientando que “mais do que nunca, devemos assumir a nossa responsabilidade colectiva para com as crianças e assegurar que nenhuma será deixada para trás”.

Entre várias recomendações, a Save the Children assinala que é preciso criar condições para que todas as crianças sejam tratadas em igualdade de circunstâncias, tenham o acesso à educação de qualidade e nenhuma delas perca a vida por causa de uma doença evitável ou tratáveis.